



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS (SBF)
DIRETORIA DE ÁREAS PROTEGIDAS (DAP)
PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA (ARPA)



TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETIVO: Contratar consultoria para apoiar as atividades de capacitação que serão desenvolvidas no âmbito do Programa Áreas Protegidas da Amazônia.

TIPO DE CONTRATAÇÃO: Consultoria Pessoa Física

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 2 meses, a partir do contrato

COMPONENTE 2.4: Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas

1. Antecedentes:

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) é uma iniciativa de longo prazo do governo brasileiro (2003 – 2018), sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente, para a conservação de 60 milhões de hectares de ecossistemas no bioma Amazônia através da criação, consolidação e sustentabilidade financeira permanente de Unidades de Conservação (UC), utilizando recursos internacionais (doações do GEF/Banco Mundial, Governo da Alemanha/KfW, Fundo Amazônia/BNDES e WWF Brasil) e nacionais (Natura e O Boticário), além de contrapartidas do governo brasileiro.

O Arpa tem por objetivos (1) a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade no bioma Amazônia, dos ecossistemas e paisagens a ela associados, incluindo a interação de comunidades humanas com todos estes elementos, e (2) a manutenção de serviços ambientais nas regiões abrangidas pelo programa.

O Arpa é implementado em 3 fases: fase I (2003-2010), fase II (2010-2015) e fase III (2016-2018). A fase II do Arpa tem 4 componentes de planejamento e execução: criação de UCs; consolidação e gestão de UCs; gestão financeira; e monitoramento, coordenação, gerenciamento e comunicação do Programa, conforme Manual Operacional da segunda fase do Arpa.

O “Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas” está previsto no subcomponente 2.4: “ Apoiar o desenvolvimento da competência gerencial das equipes e de parceiros envolvidos com o planejamento e a gestão das UCs.” A meta é a implementação do Plano Estratégico de Capacitação.”

A Capacitação do Arpa é coordenada pela Unidade de Coordenação do Programa (UCP), auxiliada por um Grupo de Trabalho com a participação dos seguintes integrantes:

- **ICMBio**
- **SDS/Amazonas**
- **SEMA/Pará**
- **Funbio**
- **WWF-Brasil**
- **GIZ**

O Plano de Capacitação:

Além das atividades de capacitação que serão conduzidas pelo Programa, o Plano incluirá objetivos específicos e indicadores para o monitoramento dos resultados alcançados. Os treinamentos técnicos devem estar em consonância com as linhas temáticas prioritárias e terem relação com as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Plurianual (PEP) das Unidades de Conservação.

As linhas temáticas pré-definidas no Manual Operacional do Arpa são: plano de manejo, conselhos gestores, proteção, consolidação territorial, gestão integrada, políticas públicas, captação de recursos, resolução de conflitos, dentre outros.

O Plano Estratégico de Capacitação conterá um diagnóstico da situação atual e proporá ações estruturantes para superar as deficiências e aproveitar as oportunidades de capacitação identificadas. Além disso, será proposto um plano de trabalho com as atividades, responsabilidades e cronograma de execução.

Estágio atual do Plano de Capacitação:

Um diagnóstico da situação atual foi elaborado, conforme Anexo 1. Ao final deste documento também se encontram algumas recomendações emanadas dos colegiados do Arpa. Além disso, foi aplicada enquete aos gestores das UCs do Arpa, levantando suas necessidades de capacitação, conforme resultados expressos no Anexo 2.

2. Objetivo:

- Aprimorar o Plano de Capacitação do Arpa.

3. Atividades/produtos:

- a) Levantamento das oportunidades de capacitação para o público do Arpa, indicando instituições, formatos e custos;
- b) Levantamento dos arranjos possíveis para execução do programa de capacitação do Arpa;
- c) Levantamento junto aos membros do Grupo de Trabalho de Capacitação de sugestões para a construção da proposta de capacitação do Arpa;
- d) Apresentar uma proposta de capacitação para a segunda fase do Arpa, incluindo ementa, conteúdo, carga horária, bibliografia básica recomendada, instituições qualificadas para a oferta do(s) curso(s), custos estimados e indicadores de monitoramento, para análise em reunião do Grupo de Trabalho de Capacitação Arpa;
- e) Implementação das deliberações do Grupo de Trabalho, na proposta de capacitação do Arpa;
- f) Propor Plano de Trabalho com as atividades, responsabilidades e cronograma para execução do Plano de Capacitação;

4. Memória de Cálculo:

Estima-se uma jornada de trabalho de 3 horas diárias no período de 2 meses [15 (horas/semana) x 4,5 (semanas) x 2 (meses) = 135 horas] para realização das atividades.

5. Prazos e Formas de Pagamento:

O prazo total para o desenvolvimento das atividades constantes nestes TDR será de 2 meses.

O pagamento será realizado mediante aprovação pela UCP dos produtos, conforme cronograma abaixo:

Produtos	Prazo	Desembolso
➤ A, B, C e D	➤ 40 dias	40%
➤ E e F	➤ 20 dias	60%

6. Qualificação:

O consultor deverá apresentar as seguintes qualificações:

- Nível superior;
- Experiência comprovada na elaboração de Planejamentos Estratégicos;
- Experiência comprovada na área de capacitação;

São desejáveis, ainda:

- conhecimentos na área ambiental;
- conhecimentos na área de Educação à Distância;
- conhecimento da realidade amazônica.

7. Supervisão:

Os trabalhos do consultor devem ser desenvolvidos em Brasília e serão acompanhados pela equipe da UCP/ARPA/MMA, cujo ponto focal é a servidora Daline Vinhal Pereira. Os candidatos devem enviar os currículos e o valor proposto para a consultoria para daline.pereira@mma.gov.br, até o dia 17 de fevereiro de 2013.

Brasília, 28 de janeiro de 2013.

Anexo 1

PLANO ESTRATÉGICO DE CAPACITAÇÃO DO ARPA

A gestão de Unidades de Conservação (UCs) brasileiras é uma tarefa desafiadora por abranger uma complexidade de fenômenos que vão desde as dificuldades de efetivação em campo de uma política pública, pressões de setores e comunidades afetados, gerenciamento dos conflitos gerados nas tentativas de cumprimento dos mecanismos de regulação e restrições legais das unidades, até as carências de estrutura e preparo para lidar com tal contexto, especialmente se considerarmos as estratégias de incorporação da participação comunitária nos processos de planejamento das UCs.

Dessa forma, iniciativas de capacitação dos gestores das UCs tornam-se relevantes e, no caso do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia, estruturantes para o melhor aproveitamento dos recursos do Programa, viabilizando ganhos de escala na aplicação dos recursos do Programa.

Diagnóstico da situação atual

O Arpa atualmente apoia 95 Unidades de Conservação, sendo **56 federais e 39 estaduais** (21 do Amazonas, 7 do Mato Grosso, 5 da Rondônia, 3 do Pará e 1 de Tocantins, Acre e Amapá).

Desse total, **35 são Reservas Extrativistas, 28 são Parques, 14 são Reservas de Desenvolvimento Sustentável, 11 Estações Ecológicas e 7 Reservas Biológicas.**

Capacitação federal:

O ICMBio oferece um rol de capacitações, reunidas em Planos Anuais de Capacitação (PAC), abrangendo uma diversidade de cursos reunidos em 16 ciclos com mais de 50 eventos, a maioria deles realizado na Acadebio, em São Paulo, e com público médio de 25 pessoas por curso (Relatório de Educação Corporativa-2011, ICMBio).

A meta do PAC 2012 foi de atingir 25% do total de servidores do ICMBio em pelo menos um evento de capacitação, dentre os 16 ciclos previstos.

Em 2013, o PAC tem por objetivo assegurar e promover a implementação de um programa de educação continuada que atenda às necessidades institucionais, com vista à preparação dos servidores para desempenharem suas atribuições com efetividade, com 12 ciclos previstos (Portaria ICMBio nº 468/2012). A meta para este ano é viabilizar pelo menos uma capacitação para todos servidores do ICMBio, a cada quatro anos.

Há ainda a realização de um curso de formação para os novos analistas que compreende 3 semanas de aulas na ACADEBio, sendo que uma semana pode ser destinada para a temática de armamento e tiro, para os que o desejam e são aprovados no psicotécnico.

Em relação a cursos virtuais, há uma parceria importante com o TCU que viabiliza cursos administrativos, tais como convênios, contratos, orçamento público e licitações. Já o ambiente de Educação a Distância do Portal do ICMBio funciona, atualmente, como um ambiente de disponibilização de material de apoio aos cursos presenciais, além de alguns textos de referência como o de Planejamento e Gestão de Uso Público.

Anualmente o ICMBio avalia e replaneja suas ações de formação. No final de um ano realiza o levantamento de necessidades com Coordenadores Gerais, Coordenadores Regionais, Chefes de Centros e estes com suas bases, para que, em reunião do Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP, seja deliberado os eventos de formação que irão compor a Portaria com o Plano Anual de Capacitação que será executado no ano seguinte com recurso orçamentário e com apoio de parcerias.

Capacitações Estaduais:

Em relação às capacitações oferecidas pelos governos estaduais a Sra. Márcia Lins (CEUC/AM) informou que o Estado não promove capacitações técnicas aos seus servidores.

O Sr. Paulo Altieri (PA) informou que há um núcleo que promove ações em apoio aos conselhos consultivos das UCs, outras ações são desenvolvidas de acordo com as demandas locais e as oportunidades apresentadas. Informou da autorização de duas pessoas a realizarem pós no INPA, que possui o curso de Mestrado Profissional em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (Anexo III), bem como outras participações em congressos e cursos, apoiados pela GIZ.

O Sr. Gino (TO) é responsável em promover as capacitações dos gestores, baseado em sua experiência e de acordo com as dúvidas levantadas pelos gestores. Enfatizou o apoio ao planejamento das UCs de acordo com a análise de contexto, objetivos, metas, indicadores e Planos de Ação.

Possibilidades de Capacitação, além dos órgãos gestores (Anexo, a ser elaborado):

Investimentos do Arpa em capacitação

Na Primeira Fase do Arpa:

Na sua primeira fase, o ARPA investiu significativamente na capacitação de gestores de unidades de conservação. Somente a GTZ investiu 7 milhões de reais,

dentre capacitações para a formação de conselhos e elaboração de planos de manejo, dentre outros (Araújo, 2010).

Os cursos ofertados pela Cooperação Alemã aos gestores do ARPA, na temática de gestão participativa de UC, no período de 2006 a 2008, foram organizados numa proposta de ciclo a partir de avaliação realizada junto aos participantes em 2009. Pção da coordenação do ARPA a proposta foi apresentada ao ICMBio, que acolheu, aprimorou e institucionalizou o curso a partir de 2010 por meio do Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa de UC, com 5 módulos de 40h, três seminários (introdução, monitoramento e encerramento), projetos práticos e intercâmbios. Este curso teve apoio do ARPA e Cooperação Alemã até 2011. Está em sua terceira edição totalmente conduzido pela equipe de instrutores do ICMBio e já formou 90 gestores federais e 13 estaduais.

Além desta, duas ações de capacitação se destacaram no contexto da primeira fase do Programa ARPA: o Programa de Gestão para Resultados – PGR e o Curso de Introdução à Gestão de Unidades de Conservação. Além disso, o programa patrocinou participações em congressos, seminários e outras atividades de capacitação.

a) O PGR:

A cooperação Técnica Alemã (GTZ) investiu no Programa de Gestão para Resultados – PGR em 16 unidades de conservação do ARPA. Trata-se de um novo modelo de gestão para unidades de conservação, baseado no Modelo de Excelência em Gestão Pública, proposto pelo Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA, do Ministério de Planejamento.

Essa iniciativa do ARPA teve o objetivo de implementar práticas de gestão que apoiassem a consolidação de unidades de conservação, com otimização dos investimentos financeiros, humanos e materiais, com foco nas ações, e acompanhamento do desempenho e aprendizado continuado. A execução do PGR ocorreu em três etapas: diagnóstico, gestão estratégica e gestão de processos, envolvendo estratégias de treinamento, acompanhamento, assessoria e tutoria.

A primeira turma do PGR no ARPA foi formada em 2007 e envolveu sete unidades de conservação. No final de 2008, seis participaram da avaliação do Programa GesPública. A Reserva Biológica de Trombetas (PA) e o Parque Estadual do Cantão (TO) atingiram o patamar técnico de organizações mais maduras e com práticas de gestão mais eficientes. O caderno 3 do Arpa reúne a experiência adquirida e os aprendizados da primeira turma do PGR.

A segunda turma do PGR para oito unidades de conservação teve início em 2009, incluindo pela primeira vez duas unidades de uso sustentável. Cerca de 70 profissionais envolvidos com a gestão de UCs participaram de alguma capacitação promovida no âmbito do PGR.

O sucesso do PGR foi tão expressivo que ele foi institucionalizado pelo ICMBio, para apoiar a gestão estratégica da instituição. A partir de 2012, a instituição iniciou a

formação de uma equipe de consultores internos num programa de 5 encontros de 40 horas cada (1 semana). Espera-se que nos próximos anos a equipe de consultores internos, apoiados por consultores externos, oferecidos pela cooperação alemã, irá protagonizar a formação e apoiar a gestão estratégica nas diferentes instâncias da organização, envolvendo sede, UC, Centros de Pesquisa, UAAF e Coordenações Regionais do ICMBio.

b) Curso de Introdução à Gestão de Unidades de Conservação:

Por meio do WWF-Brasil em uma parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o ARPA realizou, de 2004 a 2010, 20 edições do curso de Introdução à Gestão de Unidades de Conservação que beneficiou cerca de 200 profissionais envolvidos com a gestão de UCs do ARPA. Essa oficina possuía, em média, o público de 20 pessoas e a duração de uma semana.

[Obs.: No final de 2008, o IPÊ realizou uma pesquisa com ex-alunos dos cursos presenciais com o intuito de identificar os benefícios proporcionados pelo curso e ainda, considerava a possibilidade de continuidade do curso em uma versão avançada. A pesquisa também buscava obter informações sobre quais as disciplinas que deveriam ser priorizadas em uma versão do curso mais parcimoniosa. O resultado da pesquisa apontou, dentre as disciplinas ministradas nos cursos presenciais, principalmente quatro disciplinas:

- (1) legislação,*
- (2) gestão do conhecimento,*
- (3) ciclo de gestão adaptativa com noções de planejamento e*
- (4) elaboração de planos de manejo e ainda, a avaliação da efetividade de manejo e monitoramento da gestão.*

Dessa forma, em 2011, o WWF-Brasil, em parceria com o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (PDBFF/Inpa/STRI) lançou o I Curso à distância em Aprofundamento em Gestão de Unidades de Conservação da Amazônia, com o objetivo de aprofundar algumas das temáticas destes cursos presenciais.

Entretanto, o referido curso obteve reduzido percentual de finalização, cerca de 20% dos participantes. Uma das possíveis razões poderia ser o pouco tempo disponibilizado aos participantes para execução das atividades, conforme relatado por membro do Fórum Técnico do Arpa.]

Na Segunda Fase do Arpa:

a) Comunidade de Ensino e Aprendizagem

De novembro de 2008 até maio de 2011, o Arpa apoiou a Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planos de Manejo para ampliar e aprofundar a discussão sobre os processos de elaboração de planos de manejo de unidades de conservação, conforme relatado no Caderno 6 do Arpa.

Trata-se de um aprendizado por meio da troca de experiências de campo de 34 pessoas que foram envolvidas a partir da constatação da necessidade de respostas metodológicas modernas e adaptadas às exigências dos desafios encontrados na gestão dessas áreas. Não há um método que responda a todas as exigências, motivo pelo qual é necessária uma constante adaptação com base nos aprendizados feitos dessas experiências.

b) Encontro dos Gestores e Participação no CBUC

O Arpa continua apoiando a participação de gestores no Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (CBUC). No ano de 2012 foi viabilizada a participação de 88 gestores e 4 pontos focais no VII CBUC, que foi realizado de 23 a 27 de setembro em Natal/RN.

A iniciativa visou promover a capacitação dos gestores por meio da participação num Congresso de referência no Brasil sobre UCs, bem como promover um encontro de Gestores das UCs apoiadas pelo Arpa.

Recursos investidos: 350 mil reais

Recomendações PCA, FT, e CP:

Painel Científico de Aconselhamento (reunido nos dias 27 e 28 de agosto)

Em relação ao **Subcomponente 2.4** (Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas), foi recomendado:

1. Articular a capacitação com o ciclo de gestão realizado pela GiZ e Acadebio;
2. Contratar consultoria para apoiar a construção do Plano de Capacitação.
3. Contatar o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), que possui um mestrado profissionalizante (MPGA) semi-presencial em gestão de áreas protegidas para conhecer melhor o programa do curso, a experiência e avaliar possível parceria para sua realização. A pessoa de contato pode ser Rita de Cássia Guimarães Mesquita – Coordenadora de pós-graduação;
4. Desenhar a capacitação de maneira que o curso possa se constituir em um curso de pós-graduação ou em disciplinas que possam ser reconhecidas como créditos dentro de um programa de pós graduação.

Forum Técnico (11 e 12 de setembro)

Em relação ao Subcomponente 2.4 (Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas), os participantes fizeram as seguintes **recomendações**:

1. É necessário estar atento ao formato do curso semi-presencial sugerido pela UCP/Arpa, especialmente sobre a abordagem a ser utilizada, de forma que seu conteúdo atenda à realidade e às necessidades das Unidades de Conservação. Desta forma, o curso seria capaz de gerar produtos e reflexões aplicáveis às UCs;
2. Levar ao GT duas propostas para escolha: curso presencial em três pólos regionais na Amazônia ou o curso semi-presencial em três pólos regionais.
3. A representação dos Órgãos Gestores recomendada pelo FT: Paulo Altieri (SEMA/PA), Francisco P. dos Santos (SDS/AM) e ICMBio.

Comitê do Programa (19 e 20 de setembro)

A sra. Daline passou a apresentar os conteúdos e estratégias do subcomponente 2.4, Capacitação dos Gestores de UCs. Afirmou que o GT ainda não está formado.

O sr. Trajano afirmou que há dois milhões de reais destinados no Arpa para formatar a capacitação em gestão de UCs nesse subcomponente. Lembrou ser muito importante fazer uso dessa verba de maneira estratégica, buscando fugir de repetições do que já é oferecido. Afirmou que opções deverão ser feitas, pois não vai dar para fazer cursos em todas as linhas temáticas para todo mundo.

O CP decidiu, no âmbito do subcomponente Capacitação dos Gestores de UCs:

- a) Focar em processos de capacitação, e não em cursos;
- b) Analisar o que foi feito no passado para não repetir erros;
- c) Estudar convergências entre processos de formação;
- d) Vincular as capacitações às metas do programa Arpa;
- e) Investir em outras estratégias de capacitação, como, por exemplo, apoio para participação em congresso;
- f) Recomendou temas como metodologias participativas e gestão compartilhada para o Plano de Capacitação.

Anexo II

Análise da Enquete – UCP/ARPA

No período entre, 22 de novembro a 6 de dezembro, foi disponibilizada uma enquete sobre as necessidades de capacitação para os gestores das UCs do Arpa, no sítio eletrônico do Programa.

Responderam à chamada de 47 votantes, sendo 43 questionários preenchidos completamente.

Questões 1 e 2:

As duas perguntas iniciais visavam o **conhecimento do público da pesquisa, para verificar a adequação de seu perfil ao público do Arpa**. Do universo do Arpa de 95 Unidades de Conservação, votaram 35 pessoas (74%) provenientes de UCs federais e 12 (26%) de UCs estaduais. Em relação às categorias de UCs foram 16 votos de RESEX (35%), 14 de Parques (30%), 7 de RDS (15%), 6 de EE (13%) e 3 de REBIO (7%).

Logo, observa-se que um certo predomínio de UCs federais e uma equidade em relação a distribuição das categorias de UCs em relação ao universo do Arpa, conforme quadro abaixo:

1) Tipos de UC				2) Categorias de UC			
	UCs Arpa	Amostra da Pesquisa	Amostra/ UCs Arpa		UCs do Arpa	Amostra da Pesquisa	Amostra/ UCs Arpa
Federais:	56	35 votantes	62,5%	Reserva Extrativista:	35	16 votantes	48%
Estaduais:	39	12 votantes	31%	Parque:	28	14 votantes	50%
Total:	95	47 votantes	49,5 %	RDS:	14	7 votantes	50%
				Estação Ecológica:	11	6 votantes	54%
				Reserva	7	3 votantes	43%

	Biológica:			
--	------------	--	--	--

Questões 3 e 4:

Em seguida, averiguou-se as possibilidades de participação dos gestores em relação a **disponibilidade de horário semanal bem como a vários formatos de capacitação**.

Em relação a disponibilidade em média de horas semanais para capacitação 37% dos votantes indicaram 4 horas e 28% 2 horas. As demais categorias receberam as seguintes votações: 8 horas (14%), 6 (7%), mais do que 8 (7%) e sem disponibilidade (7%).

Observa-se, assim, que há a possibilidade de realização de capacitações, cuja carga horária seria em torno de 4 horas semanais.

Quanto ao formato de capacitação em que o gestor tem interesse e acredita ser possível sua participação, os gestores podiam assinalar até duas opções. Receberam mais votos as opções:

- 54% - “cursos presenciais em determinadas áreas temáticas”,
- 20% - “curso semi-presencial sobre diversas áreas temáticas para o público do Arpa” e
- 20% - “curso de longo prazo, como mestrado e doutorado.”

As outras opções eram: “curso à distância em determinadas áreas temáticas” (4%), curso à distância sobre diversas áreas temáticas de gestão das UCs (2%) e espaço virtual para troca de conhecimentos em determinadas áreas temáticas (0%).

A grande adesão para o formato de curso presencial em determinadas áreas temáticas pode estar enviesado pelo perfil majoritário do público votante, advindo do ICMBio, que já possuem uma certa tradição neste formato de curso, que vem sendo desenvolvido pela Acadebio.

Por outro lado, uma das possíveis explicações pelo não recebimento de votos para o formato de espaço virtual para troca de conhecimentos pode ser o pouco conhecimento dessa metodologia de ensino e aprendizado.

Questão 5:

A última questão diz respeito às áreas temáticas que os gestores acreditam que seja necessário sua capacitação para aprimorar a gestão da UC em que trabalha, podendo ser assinaladas até quatro opções por pessoa. Seguem as opções e seus resultados:

- sensoriamento remoto e SIG (43%, 19 Votos)

- gestão de conflitos socioambientais e integração com comunidades e/ou terras indígenas (34%, 15 Votos)
- gestão integrada de áreas protegidas (30%, 13 Votos)
- conselhos gestores (25%, 11 Votos)
- alternativas de geração de renda em UCs e elaboração de planos de negócio (25%, 11 Votos)
- plano de manejo (23%, 10 Votos)
- políticas públicas na gestão de áreas protegidas (23%, 10 Votos)
- monitoramento e avaliação de UC (20%, 9 Votos)
- gestão e planejamento financeiro de UC (18%, 8 Votos)
- planejamento e gestão operacional de UCs (18%, 8 Votos)
- Visitação- Uso Público (18%, 8 Votos)
- proteção (fiscalização) (18%, 8 Votos)
- consolidação territorial (regularização fundiária) (16%, 7 Votos)
- biologia da conservação (14%, 6 Votos)
- economia dos ecossistemas e da biodiversidade (11%, 5 Votos)
- manejo de recursos florestais (11%, 5 Votos)
- gestão de informações (9%, 4 Votos)
- ferramentas operacionais do Arpa (Sisarpa, Fauc, PEP) (9%, 4 Votos)
- educação e interpretação ambiental (7%, 3 Votos)
- outros (caso assinale este item, favor enviar e-mail especificando os assuntos para daline.pereira@mma.gov.br) (0%, 0 Votos)

Os resultados desta pergunta indicam a necessidade de oferecimento de cursos específicos em algumas áreas, tais como sensoriamento remoto e gestão de conflitos socioambientais, mas também indicam que há a necessidade de conhecimento nas mais diversas áreas da gestão das UCs.

Dessa forma, os dados desta pesquisa dão suporte ao desenvolvimento de uma estratégia que contemple uma certa variação nas necessidades de capacitação dos gestores. Indicam ainda o interesse por alguns cursos específicos, mas também a necessidade do desenvolvimento de um curso mais amplo sobre a gestão das UCs.